

por sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central ■ ano3 ■ nº 7

ENTREVISTA COM HENRIQUE MEIRELLES,
PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL

“Inclusão social é incompatível com hiperinflação e instabilidade”

REGIONAL SALVADOR

**Bahia reivindica
a volta de um BC
mais atuante**

DEPUTADO WALTER PINHEIRO

**A reestruturação
do BC para combater
o crime organizado**

ARTIGOS

**Paulo Nogueira
Batista Jr.
e Nélon Pellegrino**



A agenda das mudanças

Esta é a primeira edição da revista **Por Sinal** desde a posse do novo presidente do Banco Central e após a aprovação da PEC 53-A, emenda constitucional que busca viabilizar a regulamentação do sistema financeiro prevista no artigo 192 da Constituição Federal. Momento oportuno para conhecermos um pouco do pensamento do Sr. Henrique Meirelles sobre as políticas monetária e cambial, o papel do BC no processo de desenvolvimento do País e as mudanças que ele pretende promover na estrutura e organização do Banco para o cumprimento de sua missão institucional e o atendimento das demandas da sociedade brasileira.

Dando continuidade à discussão sobre a estrutura do Banco Central e a necessidade de uma presença mais efetiva da autoridade monetária em todo o território nacional, trazemos a partir deste número uma série de matérias que irão focalizar cada uma das representações regionais do BC. Começamos pela unidade de Salvador, fortemente abalada pela malfadada reestruturação da autarquia em 1999. Proeminentes vozes do meio político e empresarial baiano criticam a situação atual do BC, como o deputado Walter Pinheiro (PT-BA), que aponta os erros da reestruturação e a urgência no combate ao crime organizado. A próxima regional a comparecer à revista será a de Belém.

Registraremos também a participação ativa do Sinal no III Fórum Social Mundial, realizado em janeiro, na

cidade de Porto Alegre. O Sindicato patrocinou duas oficinas do Fórum, em que palestrantes como Carlos Eduardo de Carvalho, Paulo Nogueira Batista Jr. e Reinaldo Gonçalves discutiram e aprofundaram questões que envolvem o Banco Central, o sistema financeiro e a ordem econômica mundial. Importante reflexão sobre esses assuntos pode ser lida em artigo assinado por Paulo Nogueira Batista Jr. nesta edição.

Além da regulamentação do sistema financeiro, outros temas estão na ordem do dia da Nação. O deputado federal baiano Nelson Pellegrino, líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara, assina artigo que sugere a agenda a ser enfrentada pelo Parlamento, com itens como as reformas previdenciária, tributária, trabalhista e política. O debate sobre a reforma da Previdência é premente. Dois artigos tratam da matéria neste número. Nas próximas edições essa discussão será aprofundada.

Infelizmente, é tempo de guerra. Suas primeiras consequências são de inconfundível horror: perdas humanas, dor, sofrimento. Os desdobramentos são inevitáveis: mais violência, novos conflitos, incertezas econômicas e políticas. Mais do que nunca, o Brasil e sua vulnerabilidade externa são postos à prova, e **Por Sinal** irá enfocar no próximo número os reflexos imediatos da guerra na economia do País. Vale aqui registrar que talvez nada seja mais forte elemento de unidade nacional do que a repulsa à violência do Estado e o apelo à paz entre os povos.

"Com informações sérias e de qualidade, a revista **Por Sinal** tem dado importante contribuição à luta pela transformação da sociedade brasileira.

Parabéns ao Sindicato e aos editores."

Heloísa Helena
Deputada federal (PT-AL)

"Solidarizo-me com a revista **Por Sinal** e com o Sindicato na defesa intransigente da qualidade dos serviços prestados pelo sistema financeiro à população brasileira."

Gustavo Fruet
Deputado federal (PMDB-PR)

"Na qualidade de diretor de Assuntos Jurídicos da Federação Nacional dos Servidores das Autarquias de Fiscalização Profissional (Fenasera) e presidente da Coope-

rativa de Economia e Crédito Mútuo dos Trabalhadores em Conselhos de Fiscalização Profissional no Município do Rio de Janeiro (Coopfispro), estive em reunião nessa conceituada entidade sindical e, na oportunidade, conheci o material gráfico do Sindicato, com destaque para a revista "

Por Sinal, que nos chamou a atenção pelo excelente conteúdo de suas matérias. Para nós, é muito importante encontrar nas entidades representativas dos trabalhadores a preocupação não só com a informação, mas também com a qualidade da informação. Gostaríamos de solicitar a inclusão de nosso endereço no cadastro de distribuição da mencionada revista. Parabéns!"

José Walter Álvares Júnior
Presidente do Coopfispro e diretor da Fenasera

"Recebi, sim, a edição especial de **Por Sinal** contendo o depoimento dos quatro principais candidatos à Presidência da República. Ótima contribuição ao debate de idéias e ao esclarecimento do eleitor."

Luciano Siqueira
Vice-prefeito de Recife

"Ao cumprimentá-los, agradecemos o envio dos quatro exemplares da revista **Por Sinal**, desse conceituado Sindicato, e informamos que, após conhecimento dos integrantes da Reitoria, estes serão encaminhados à Biblioteca, onde passarão a integrar o acervo desta instituição de ensino e ficarão à disposição dos nossos mais de 13.000 alunos."

Lauro Tischer
Reitor do FEEVALE – Centro Universitário (Novo Hamburgo)

EXPEDIENTE ANO 3 NÚMERO 7 ABRIL 2003

Sinal Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Por Sinal

Revista bimestral do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Conselho Editorial

Alexandre Wehby, David Falcão, Jônatas Soares Figueiredo, Luís Antônio Cajazeira Ramos, Marcel Ferreyra, Sérgio da Luz Belsito

Secretária: Sandra de Sousa Leal

SAS quadra 5, lote 4, bloco K, sala 410
Edifício Ok Off Tower – 70070 -100 Brasília (DF)
nacional@sinal.org.br
www.sinal.org.br

Redação

Coordenação geral: Letra Viva Comunicação –
Flavia Cavalcanti e Elane Maciel

Edição: Flavia Cavalcanti

Reportagem: Alexandre Medeiros e Paulo Vasconcellos

Arte: Maraca Design

Fotografia: Tom Ribeiro Pereira (Fórum Social Mundial)
e Agência Focus

Ilustração: Claudio Duarte

Fotolito: Madina

Impressão: Ultra Set

Tiragem: 12.000

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.

Capa Entrevista com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles **Página 6**

Artigo Paulo Nogueira Batista Jr. Vulnerabilidade externa: o papel do Banco Central **Página 14**

Regional Salvador Bahia reivindica a volta de um BC atuante no Estado **Página 16**

Entrevista Deputado Walter Pinheiro **Página 20**

Artigo Deputado Nelson Pellegrino Para sair deste modelo **Página 23**

Fórum Social Mundial Oficinas do Sinal questionam rumos do governo Lula **Página 24**

Cultura Museu de Valores de Recife resgata o Brasil Holandês **Página 28**

Debate Previdência Social: privilégio ou direito? **Página 31**
A urgente reforma dos fundos de pensão **Página 32**



“Inclusão social é incompatível com hiperinflação e instabilidade”

Em sua primeira entrevista à revista **Por Sinal**, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, rompeu o silêncio que o tem deixado à margem das acaloradas discussões sobre os rumos da política econômica do governo Lula e a autonomia do BC. Di-



zendo-se “afinadíssimo” com a Casa Civil, a Fazenda e a Presidência da República, Meirelles defendeu a estabilidade da moeda e o funcionamento do sistema financeiro como precondições do desenvolvimento econômico com inclusão social”. E justificou sua posição em defesa da autonomia do Banco, alegando que com ela, o governo teria “maiores condições de exercer uma política monetária eficaz”.

■ Na administração anterior, a missão do Banco Central esteve focada basicamente no controle da inflação e na saúde do sistema financeiro. Qual será, no governo Lula, o papel do Banco Central a curto e médio prazos?

Existem diversas maneiras de enfocar essa questão. Do ponto de vista de política monetária, a função do Banco Central certamente é manter a estabilidade da moeda e preservar a saúde do sistema financeiro. São duas condições essenciais para que o Brasil possa crescer: uma moeda estável e um sistema financeiro saudável. Além disso, o órgão tem outras atribuições, como, por exemplo, a promoção do microcrédito e de cooperativas, com o objetivo de aumentar o nível de assistência à economia do País. E existe também uma questão mais geral, que é a do corpo de funcionários e da missão a que a instituição se propõe como prestadora de serviços à sociedade. Certamente essas são missões a que o Banco Central vai se dedicar com vigor.

■ Como presidente do Banco Central de um governo cujo principal desafio é promover o crescimento econômico com inclusão social, o que o senhor pretende fazer para compatibilizar a estabilidade monetária com esse modelo de crescimento?

Do nosso ponto de vista, é absolutamente compatível, porque não se pode imaginar inclusão social com hiperinflação nem com instabilidade. A estabilidade da moeda e o funcionamento do sistema financeiro são, na nossa visão, precondições do desenvolvimento econômico com inclusão social. Muitas vezes, se confunde

política de governo com política econômica, e esta com política monetária. A função do Banco Central é fazer a política monetária. A função dos ministérios da área econômica é fazer a política econômica. E a função do governo é fazer uma política de governo que insira os projetos de inclusão social. O Ministério dos Transportes, por exemplo, se encarrega dos transportes e não vai fazer o Programa Fome Zero, a não ser propiciar transporte eficaz para que o trabalho social tenha infra-estrutura na sociedade. Esse é, em resumo, o arcabouço do nosso pensamento. Mas não há dúvidas de que estamos totalmente engajados dentro de um projeto de governo que tem como meta o crescimento econômico com a inclusão social.

■ Com a reestruturação do Banco Central em 1999, a instituição se concentrou mais na higidez do sistema financeiro, dando menos importância ao atendimento direto ao cidadão, relegando-o a um plano secundário. Como o senhor pretende encarar essa questão, visto que a proteção ao cidadão junto ao sistema financeiro seria uma das formas de inclusão da cidadania?

Existe um interesse grande nosso, e eu entendo isso como uma das nossas missões, que é aumentar o acesso ao serviço financeiro por parte de toda a população, particularmente a mais carente. E também melhorar a qualidade desses serviços. Por isso, me referi ao Banco Central como um grande prestador de serviços à comunidade, não só de serviços diretos, mas também de serviços indiretos através do sistema financeiro.



“Tenho conversado com o Ministério das Comunicações para saber como podemos encontrar meios de levar mais um serviço financeiro ao cidadão de baixa renda.”

Particularmente, sou grande defensor da prestação de serviços financeiros às camadas de baixa renda. Antes de entrar para o Banco Central, fazia parte do conselho de uma ONG, de âmbito mundial, que trabalha na área de microcrédito. Esse é um trabalho em que acredito piamente. Tenho conversado com o Ministério das Comunicações para saber como podemos ampliar ainda mais esses serviços através dos Correios (além do projeto Postal já em andamento). Como podemos encontrar meios de levar mais um serviço financeiro ao cidadão de baixa renda. Essa é uma das prioridades do Banco Central, e ele já está trabalhando nisso. Acho que esse é o tipo de coisa que se pode fazer em relação à política social. Vamos olhar com atenção as experiências de outros países. Há experiências interessantes na África do Sul, na Colômbia, na Bolívia – Banco Solidariedad e Banco Sol – e no México. Existe um interesse muito grande de nossa parte em trazer tecnologia de outros países para trabalhar na área do microcrédito.

■ Depois de quase três meses à frente do Banco Central, o senhor já definiu quais as atribuições da instituição que serão mantidas e quais poderão ser agregadas? Por exemplo, o senhor pretende manter dentro do Banco a função meio circulante, a super-

visão bancária, os regimes especiais, o atendimento ao público e o procuratório judicial?

Minha posição, nesse aspecto, como em muitos outros, é totalmente coincidente com a do sindicato (SINAL). Sou favorável à manutenção de todas essas funções dentro da estrutura do Banco Central. Já me manifestei sobre uma questão fundamental que é a fiscalização, por exemplo. Eu sei que existiram discussões para se tirar a fiscalização do BC, criando-se um órgão fiscalizador externo. Eu dou um exemplo americano, o do OCC (Office of the Comptroller of the Currency). Como trabalhei muitos anos nos Estados Unidos, trouxe essa experiência para dizer que acho que nos próprios Estados Unidos ele não funciona tão bem, tão claramente quanto parece daqui. Tanto que o FED (Federal Reserve) hoje também tem funções fiscalizadoras. O que acaba gerando uma certa complexidade: algumas instituições são fiscalizadas pelo OCC, outras pelo FED, algumas outras pelo FDIC (Federal Deposit Insurance Corporation), e outras ainda são fiscalizadas pelos três. Para um país com as características do Brasil, o mais importante é que a função fiscalizadora esteja integrada numa organização que tenha ao mesmo tempo a visão regulatória, a visão político-monetária e a visão de fiscalização. Minha idéia é manter não só a função de fiscalização do Banco Central, como também a do meio circulante e as demais funções. Há total engajamento da minha participação na luta por manter essa estrutura.

■ A discussão sobre a autonomia do Banco Central proposta pelo governo Lula está na ordem do dia e já provocou forte reação no Congresso, não só de parlamentares da base governista, como também da oposição. Qual autonomia para o Banco Central o senhor defende: operacional, orçamentária? Para preservar a missão do BC de “guardião da moeda”, considera que é preciso conceder mandatos para seus diretores?

Acho que a administração pública tem uma evolução normal, e determinados conceitos vão ficando claros com o passar do tempo. Por exemplo: o critério de

independência do Judiciário não era objeto de consenso algumas décadas atrás. Quer dizer, existia um período da história do Brasil em que o juiz era completamente demissível. Os juízes federais, pelo presidente da República, e os juízes estaduais, pelo governador. O conceito de independência do Judiciário e o conceito relativamente mais novo da independência do Ministério Público também são recentes no Brasil.

O conceito de independência de determinados órgãos do setor público foi evoluindo com o passar do tempo. Por exemplo, quando se fez a independência do Ministério Público, houve muita preocupação: puxa vida, será um poder paralelo? Será um poder que não está sujeito mais ao controle de ninguém? O presidente da República vai perder o poder? Não. Hoje em dia, está claro que a independência do Ministério Público é uma condição absolutamente necessária, saudável, para que de fato se faça o poder fiscalizador. Da mesma maneira, a independência do Judiciário para efeito de julgamento.

■ E quanto ao Banco Central?

Acho que a independência do Banco Central se enquadra nesse contexto. Quando se olha a experiência de diversos países, fica claro que aqueles que adotaram a autonomia operacional passaram a ter melhorias de caixa na luta pela estabilidade de preço. Examinei isso com muito cuidado. A média de inflação caiu nos países onde o Banco Central passou a ser independente. E melhor: a taxa de crescimento do produto também cresceu. Então, isso é um dado importante.

Certamente existe um controle, da mesma maneira como existe para uma série de outros cargos. A diretoria tem mandatos que são definidos pelo Congresso Nacional. O presidente da República aponta e o Congresso aprova.

E, depois, existe a renovação dos mandatos normalmente e, portanto, prestação de contas trimestrais e metas específicas. Dentro desse quadro, me parece que o modelo, hoje, de maior consenso é o modelo no qual as metas de política monetária, ou seja, metas de inflação, sejam definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Compete ao Banco Central buscar cumprir as metas de inflação estabelecidas.

■ Mesmo com um CMN pouco representativo?

Essa é uma questão separada. A composição do Conselho é uma questão de política econômica global, de maneira que o Conselho tem – e certamente terá – várias outras funções.

O fato concreto é que o governo, através do CMN, determina quais serão as metas, e compete ao Banco Central executá-las dentro dos instrumentos de que dispõe. Nesse aspecto, então, existiriam os mandatos, que devem ser não-coincidentes com o do presidente da República. E também cláusulas que prevêm a remoção.

Essas cláusulas seriam basicamente ligadas, em primeiro lugar, à probidade pessoal, administrativa, o que é fundamental. Em segundo lugar, ao cumprimento das metas acordadas. A proposta do ministro Palocci não quer dizer que, na realidade, se dará maior liberdade ao Banco Central. Pode até significar menos liberdade, à medida que as cláusulas passarão a ser determinadas no sentido de controle por parte da sociedade. Acho que com a autonomia, o Banco Central pode, de fato, ter maiores condições de exercer uma política monetária eficaz. Além disso, considero importante que se tenha uma autonomia orçamentária baseada em critérios muito bem determinados. O atual modelo do Judiciário pode servir um pouco como modelo, de modo a permitir que o pró-



“Para um país como o Brasil, o mais importante é que a função fiscalizadora esteja integrada numa organização que tenha ao mesmo tempo a visão regulatória, a visão político-monetária e a visão de fiscalização.”

prio Banco Central possa também fazer planejamento de carreira de seus funcionários, olhando a coisa num prazo maior.

■ Ainda em relação à autonomia e à reação do Congresso. Caso não sejam aprovados os mandatos para a diretoria e a autonomia operacional, como o senhor vê o futuro do Banco Central a partir do próximo ano?

O Banco Central vai continuar fazendo o trabalho a que se propõe. Nós temos um excelente relacionamento com o Ministério da Fazenda e com o presidente da República. Sou muito otimista em relação a isso. A nossa sintonia é total, absoluta, seja com o governo do presidente Lula, seja com a administração da equipe econômica e com a Casa Civil.

A questão da autonomia se reveste de dois aspectos fundamentais. Primeiro, é uma questão de mercado, de inflação, de desempenho da economia. Isso inspira e tranquiliza todos os agentes econômicos. A experiência de outros países revela que a autonomia do Banco Central equivale a alguns pontos da taxa de juros, isto é, o país ganha maior tranquilidade sem precisar gastar munção negativa. Por outro lado, existe a questão da autonomia orçamentária, que também assegura melhor alinhamento de interesses entre funcionários, governo federal e a comunidade.

Agora, em não sendo aprovada a autonomia do BC, vamos prosseguir normalmente o trabalho. Tenho certeza de que vamos aumentar a qualidade do serviço e fazer uma política monetária de sucesso. Certamente, conseguiremos outras formas de transmitir essa confiança ao mercado, principalmente pelo grande alinhamento do Banco Central com o Ministério da Fazenda, a Presidência da República e os demais ministérios.



“Não sendo aprovada a autonomia, o BC vai continuar fazendo o trabalho a que se propõe. A nossa sintonia é total, seja com o governo do presidente Lula, seja com a equipe econômica e com a Casa Civil.”

Em resumo, não vejo nenhum problema. Tanto que não estamos nos manifestando publicamente, como vocês têm notado, sobre o mérito da questão da autonomia do Banco Central. É um projeto do governo, e não estou falando com a imprensa. O único órgão de imprensa com o qual estou conversando sobre esse assunto é a revista de vocês, a **Por Sinal**. Acho que este é um assunto da Casa Civil, do Ministério da Fazenda, da Presidência da República e das lideranças do Congresso. Não compete a nós opinar sobre isso.

■ Vamos voltar a uma questão que o senhor falou rapidamente, mas é importante para os funcionários: o problema da centralização. A administração passada optou por centralizar as atividades do Banco Central em Brasília e São Paulo em detrimento das outras regionais, que não só perderam suas funções

como também pessoal.

Acho que todo esse dilema é produto da limitação orçamentária. À medida que existe uma limitação orçamentária, você é obrigado a fazer opções e arrumar prioridades. Estou aqui fazendo apenas uma avaliação, porque nem estava no Brasil na época. Pelo que tenho conversado com vocês e com alguns diretores, o Banco Central fez uma opção no sentido de priorizar a higidez do sistema financeiro, depois da experiência dolorosa no meio da década de 90, com a falência de diversas instituições.

Acho que a solução dessa questão passa exatamente pela autonomia – a autonomia orçamentária –, de forma a permitir que o Banco Central possa chegar a um consenso com a sociedade e o Congresso sobre quais são suas funções fundamentais. E aí, sim, não só trabalhar dentro da higidez do sistema, mas também nas suas outras funções.

■ O senhor mesmo observou que essa reorganização gerou uma capacidade ociosa nas regionais, devido à centralização dos serviços. Quem está nas regionais sabe que existe um capital intelectual intocado, que não é utilizado em favor da instituição ou mesmo da sociedade local. O senhor tem intenção de revalorizar as regionais?

A resposta é sim, certamente. Minha idéia, não só nesse, como em todos os aspectos, é a valorização do funcionário e o uso pleno da capacidade intelectual do corpo de funcionários. O que vocês me descrevem é menos do que aceitável. Funcionários qualificados, experientes, sem estarem plenamente usados, isso é ruim para a sociedade, para o Banco Central e também para o funcionário. Não há dúvida de que vamos fazer o possível para dar funções produtivas e importantes, úteis para a região, para o Banco Central e para todo o sistema.

■ O Banco Central parece já não atrair mais os candidatos a emprego no serviço público federal. O último concurso para analista, por exemplo, exigia dos que concorriam à área de supervisão bancária conhecimentos em 14 diferentes disciplinas. O salário oferecido, bastante inferior ao de outras carreiras do serviço público federal com o mesmo nível de exigência técnica, atraiu menos interessados, se compararmos a concursos passados. Pela primeira vez, houve sobra de vagas em Brasília – eram 43 vagas e só 29 pessoas conseguiram passar. Como o senhor pretende reverter essa situação e tornar mais atraente a carreira no BC, tendo em vista a evasão dos servidores, a dificuldade de recrutamento e a necessidade urgente de reposição de 800 experientes colegas, já aptos à aposentadoria?

Não há dúvida de que o salário de entrada está baixo. Não tenho informações precisas, mas estou me baseando em informações que venho recebendo de pessoas que trabalham conosco, no sentido de que outros órgãos na administração pública têm tido um reajuste mais agressivo que o do Banco Central. Então não há dúvidas de que esse é um assunto para nós trabalharmos. De um

lado, em relação ao salário de ingresso, vamos lutar juntos para melhorar isso. De outro, há a questão da carreira dos funcionários, nos termos do que já conversamos até agora. Acho que o Banco Central tem de voltar a ser o que já foi, como vocês mencionaram. O Banco Central tem de voltar a ser um lugar prioritário, um lugar onde as pessoas querem trabalhar, onde as pessoas mais qualificadas que estão entrando no mercado de trabalho optem em primeiro lugar para trabalhar. O Banco Central tem de ser uma organização modelo, motivo de orgulho do funcionário. Acredito muito nisso. Tanto que a organização que eu dirigi durante muitos anos seguidos foi eleita como um dos melhores locais para se trabalhar no País. Acredito fundamentalmente na qualidade de vida, na qualidade do trabalho do funcionário, e vou trabalhar com todas as minhas possibilidades para conseguir isso.

■ Os aumentos da taxa de juros e do compulsório nos dois primeiros meses do governo Lula geraram polêmica. Empresários, economistas e políticos de vários partidos têm registrado o impacto negativo dessas medidas, particularmente sobre o crédito, já escasso, e também sobre a meta de crescimento econômico para este exercício. Alguns economistas ques-



“O Banco Central tem de voltar a ser o que já foi. Um lugar prioritário, um lugar onde as pessoas mais qualificadas que estão entrando no mercado de trabalho optem para trabalhar.”

“No mundo inteiro, atualmente, não há muitas alternativas em termos de política de Banco Central. Não existe nenhuma alternativa de sucesso que não seja essa que nós já estamos adotando.”



va um *target*, uma meta de agregado monetário, e, quando essa meta era ultrapassada, ela buscava uma taxa de juros para voltar. Isso levou, em algumas situações, ao aumento excessivo da taxa de juros e a grandes recessões no mundo inteiro. Passada a história, ficou claro que essa abordagem não era adequada. Com o tempo, o mercado e os bancos centrais do mundo inteiro abandonaram a meta de agre-

tionam a eficácia dessas medidas de natureza monetária, alegando que a inflação atual é fruto da crise cambial e se alimenta principalmente de fatores psicológicos e de expectativas futuras. Por que o governo insiste nessas medidas?

Não há realmente consenso em uma decisão de governo. Qualquer que seja a decisão, você terá sempre aqueles que apóiam e os que criticam. É o que está acontecendo: alguns criticam o COPOM por ter aumentado muito a taxa de juros; outros, por tê-la aumentado pouco. Qualquer decisão de governo tem efeitos positivos e negativos – é como um remédio que possui efeitos colaterais. Estamos recebendo críticas apaixonadas dos dois lados, e isso é uma boa medida de equilíbrio. Como desagradamos aos dois lados com igual intensidade, isso talvez indique que estejamos no caminho certo.

■ Mas em relação à eficácia das medidas?

Em primeiro lugar, essa não é uma atitude monetarista. Se olharmos a história do Banco Central, já tivemos períodos heterodoxos, em que o Banco Central e a administração econômica tentaram meios “criativos” de resolver o problema de inflação, seja o congelamento de preços, seja o contingenciamento, seja confisco da poupança, torneirinha, etc. Ou seja, já tivemos toda sorte de mecanismos que não funcionaram. A partir dos últimos 25 anos, talvez, os bancos centrais desenvolveram uma linha de atuação mais ou menos comum no mundo todo. Eles partiram de múltiplas abordagens. Primeiro, da abordagem monetarista, na qual a autoridade monetária fixa-

gados monetários. No primeiro mandato do governo anterior, o Brasil estabeleceu as taxas de câmbio como meta, com momentos de taxas de juros altíssimas, e que acabou entrando numa crise em 1998. Portanto, esse é um sistema que também não se mostrou adequado. E se partiu para um sistema de metas de inflação que, hoje, é o sistema que predomina na maior parte dos bancos centrais do mundo.

No mundo inteiro, atualmente, não há muitas alternativas em termos de política de Banco Central. Não existe nenhuma alternativa de sucesso que não seja essa que nós já estamos adotando. Existe, portanto, um consenso de que a meta de inflação é uma metodologia mais transparente. A única variação que existe é que em alguns sistemas, como o americano, por exemplo, o Banco Central tem uma meta interna de inflação, mas não a divulga para a sociedade. Acho que o sistema de metas de inflação divulgadas, para um país como o Brasil, é o melhor.

Sobre a questão de que a política monetária não funciona porque a inflação atual não é resultado da política monetária, não acho que seja uma colocação totalmente precisa, realista. Eu diria o seguinte: nós temos, grosso modo, três tipos de inflação. Temos a inflação produto do choque de oferta, que gera um choque de custo. Quer dizer, a subida da taxa de câmbio gera um aumento dos custos, portanto uma inflação de custos. Foi isso que aconteceu aqui. Essa inflação, de fato, tem características de uma bolha – ela se eleva com a taxa de câmbio subindo, e, quando a taxa de câmbio se estabiliza, ela

cai. Só que nós temos também a inflação de demanda, que é aquela certamente afetada pela política monetária quando a economia está num nível de atividade que permite aumento de preços por excesso de demanda específico em alguns setores. E há a terceira, que é a mais perigosa: a inflação inercial. Esta, sim, precisa ser atacada fortemente também pela política monetária.

■ Que mensagem o senhor gostaria de enviar para os funcionários do Banco Central?

Gostaria de enfatizar meu compromisso pessoal de revalorizar os servidores do Banco Central. Acredito firmemente que a manutenção do padrão de excelência do Banco depende da satisfação de seu corpo técnico. Procuraremos, juntamente com o sindicato, caminhos para viabilizar as melhorias pretendidas pelo funcionalismo. Sei que já não se tem o orgulho de trabalhar para a instituição como no passado. Precisamos resgatar o orgulho perdido, de forma que o funcionário acorde, olhe-se no espelho e lamente que o fim de semana chegou, e que não é dia de ir trabalhar no Banco. 



Em nome do Sinal, Alexandre Wehby, membro do Conselho Nacional, entregou ao presidente do BC a camisa do Sindicato

Vulnerabilidade externa: o papel do Banco Central

Nos últimos anos, a economia brasileira tem experimentado uma sucessão de graves crises cambiais. Foi o que aconteceu em 1995, 1997, 1998, 1999, 2001 e 2002. Em todos esses anos, tentativas de retomada do crescimento foram abortadas por surtos de instabilidade no setor externo da economia.

A frequência e intensidade das crises de balanço de pagamentos têm sido impressionantes, mesmo para um país como o Brasil, cuja história econômica é marcada, como se sabe, por episódios recorrentes de estrangulamento externo. A que atribuir a intensificação desse tipo de crise no passado recente?

Choques internacionais

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a tendência das autoridades brasileiras era culpar a evolução adversa do quadro mundial, em especial as turbulências produzidas pela “globalização financeira”. Há um elemento de verdade nessa explicação. Com o extraordinário crescimento do volume e da velocidade das transações financeiras internacionais, aumentou o potencial de instabilidade associado a desequilíbrios financeiros e cambiais. É verdade, também, que as crises por que passou a economia brasileira no período 1995-2002 estiveram quase sempre ligadas a choques de repercussão internacional: o colapso do México (1994-1995), a crise no leste da Ásia (1997-1998), a moratória da Rússia (1998), a agonia e o colapso do *currency board* da Argentina (2001-2002), ataques terroristas, o estouro da bolha especulativa no mercado de ações e os escândalos corporativos nos Estados Unidos (2001-2002).

No entanto, a explicação que ressalta o papel dos choques externos não é inteiramente convincente. Nenhuma dessas crises teve dimensões verdadeiramente globais. Diversos países importantes, inclusive na periferia do sistema internacional, atravessaram esses episódios basicamente incólumes. China e Índia, por exemplo, registraram altas taxas de crescimento econômico durante todo o período. Depois da Argentina, o Brasil foi, entre os grandes países da periferia, o que se revelou mais suscetível a choques internacionais.

Ortodoxia fiscal

É difícil escapar da conclusão de que a explicação precisa ser buscada primordialmente no âmbito nacional. Aceita essa conclusão, há basicamente duas formas de abordar o problema. A abordagem mais ortodoxa, que parece ser a de alguns integrantes da área econômica do governo Lula, dá

ênfase especial aos déficits fiscais e ao crescimento da dívida pública. De acordo com esse ponto de vista, um ajuste fiscal insuficiente ou baseado em medidas de caráter temporário teria levado ao crescimento da relação dívida/PIB e a dúvidas quanto à capacidade de pagamento do governo brasileiro. Essas dúvidas levariam à fuga de capitais e, conseqüentemente, a crises de balanço de pagamentos. Para resolver o problema da vulnerabilidade, o fundamental seria reforçar o ajuste fiscal, aumentando o superávit fiscal primário, e garantir a sua “sustentabilidade” mediante reformas estruturais (notadamente a previdenciária e a tributária).

Essa abordagem parece pouco promissora. A relação de causalidade da dívida pública para as contas externas existe, sem dúvida, mas é provavelmente bem mais fraca do que a relação inversa, que vai do desequilíbrio externo para as contas públicas. A pressão do desequilíbrio externo sobre a taxa interna de juro e a taxa de câmbio explica – e de forma bastante direta e evidente – grande parte do desequilíbrio fiscal e do crescimento da dívida pública desde 1994.

Várias das economias “emergentes” que sucumbiram a choques externos ou sofreram graves crises cambiais nos anos recentes exibiam contas públicas ajustadas e eram elogiadas *urbi et orbi* por sua performance fiscal. Por exemplo: México em 1994-1995 e Tailândia, Indonésia e Coreia do Sul em 1997-1998. Nesses casos, a deterioração das contas públicas foi conseqüência e não causa do colapso cambial e financeiro.

Inversamente, países que foram pouco afetados pelas turbulências financeiras internacionais tiveram performance fiscal muito fraca (Índia) ou duvidosa (China). Não por acaso, a Índia e a China mantiveram déficits pequenos ou até superávits no balanço de pagamentos em conta corrente, moedas não-conversíveis, controles sobre os movimentos de capital e níveis geralmente elevados de reservas internacionais.

Fragilidade das contas correntes

Parece claro que há algo de suspeito na ênfase que se dá às contas públicas e ao papel explicativo da política fiscal. A hipótese mais plausível é também a mais intuitiva: a explicação para a vulnerabilidade externa deve ser encontrada fundamentalmente na situação das próprias contas externas do País – e aqui o papel do Banco Central é decisivo.

Desde 1995, a fragilidade das contas externas brasileiras é fruto de três fatores principais: 1) o elevado déficit em conta corrente (até 2001); 2) a

excessiva abertura da conta de capitais; e 3) um nível de reservas internacionais em geral bastante inferior ao recomendável. Tenho escrito repetidamente a respeito desse problema desde o início do Plano Real; minha tentativa mais recente de analisá-lo e sugerir formas de resolvê-lo foi publicada no ano passado¹.

O Brasil fez algum progresso de 1999 em diante, basicamente como resultado do abandono do malfadado regime de bandas cambiais e da passagem para a flutuação. A depreciação registrada desde então, e sobretudo em 2002, resultou em forte aumento do superávit da balança comercial e queda no déficit em conta corrente. Desde 2002, a velocidade do ajustamento da conta corrente vem superando todas as expectativas.

Porém, o problema está longe de resolvido. O ajustamento da conta corrente está sendo produzido, em grande medida, por fatores não desejáveis, como a estagnação do nível de atividade econômica, a subvalorização do real e a contração da oferta de financiamento externo às importações. O grande desafio é manter um elevado superávit comercial e um déficit em conta corrente em nível reduzido com a economia crescendo em ritmo adequado (em termos de geração de empregos) e a taxa de câmbio mais próxima de uma posição razoável (mais compatível com o controle da inflação e do ritmo de crescimento da dívida pública).

Conta de capitais e reservas internacionais

O ajuste da conta corrente não é condição suficiente para resolver o problema da vulnerabilidade externa. O segundo aspecto do problema, raramente destacado, está na conta de capitais autônomos do balanço de pagamentos. Desde o governo Collor, em nome da liberalização e da “modernização”, o Brasil afrouxou os seus controles sobre os fluxos financeiros e de capital, ficando mais vulnerável a movimentos especulativos e às acentuadas oscilações dos mercados internacionais. Descuidou de administrar de forma rigorosa o perfil da dívida externa privada. Aceitou a generalização de práticas e cláusulas contratuais que permitem a antecipação de pagamentos e conduzem, portanto, a perda de controle sobre a estrutura de vencimentos da dívida externa. A liberalização financeira externa facilitou, também, a saída de recursos de capital pertencentes a residentes no Brasil. Aumentou, assim, a fuga de capitais domésticos em momentos de turbulência e pânico, contribuindo para surtos de instabilidade cambial. Em 2002, esses problemas vieram à tona com grande intensidade.

O terceiro aspecto do problema da vulnerabilidade externa, que tampouco tem recebido a atenção merecida, é o nível das reservas do País em ativos de liquidez internacional. Reservas elevadas, combinadas com políticas econômicas prudentes, representam poderoso fator de dissuasão de apostas contra a moeda nacional. O Brasil não tem mantido um esto-

que adequado de reservas internacionais, que constituem a primeira linha de defesa em conjunturas de instabilidade. Depois da crise de 1999, as reservas nunca chegaram sequer perto de um montante que possa ser considerado seguro, em face do potencial de instabilidade existente no Brasil e no resto do mundo.

O papel do Banco Central

A solução do problema da vulnerabilidade externa não requer medidas drásticas ou extremas. A situação brasileira é inegavelmente frágil, mas não chega a ser emergencial.

É indispensável, entretanto, promover uma reorientação da política econômica. Essa reorientação não será possível sem tomar distância dos preconceitos e dos grupos de interesse que comandaram a formulação da política econômico-financeira no Brasil desde o início dos anos 90. Nos últimos dez anos, decisões vitais foram tomadas à luz das prioridades e interesses do sistema financeiro interno e externo, contrariando não raro os interesses maiores do País, da sua segurança externa, da sua independência e das suas possibilidades de crescimento.

A contribuição do Banco Central é essencial para viabilizar uma estratégia consistente e sustentável de autodefesa do País e de recuperação da autonomia da política econômica. Dele dependem a administração da política cambial, o nível das reservas internacionais, a regulação do mercado de câmbio e o controle das relações financeiras externas da economia e dos movimentos de capital.

Tudo se tornará mais difícil, talvez impossível, com um Banco Central autônomo, comandado por pessoas da confiança dos mercados financeiros protegidas pela estabilidade no emprego associada a mandatos fixos e relativamente longos.

O Brasil, que já teve uma das economias mais dinâmicas do mundo, não cresce de forma sustentada há mais de vinte anos. Estamos agora correndo o risco de experimentar uma terceira década perdida em termos de expansão econômica e geração de empregos. Para que isso não aconteça, é essencial colocar a solução do problema da vulnerabilidade externa no topo das prioridades do governo brasileiro.

(*) Economista, pesquisador visitante do Instituto de Estudos Avançados da USP e professor da FGV-EAESP.

1. “Vulnerabilidade Externa da Economia Brasileira”, *Estudos Avançados*, volume 16, número 45, maio/agosto 2002.

Bahia reivindica a volta de um BC atuante no Estado

Por tudo o que representa para o Nordeste e para o Brasil, a Bahia não merecia sofrer esse revés: passados quatro anos da reestruturação de 1999, a representação regional do Banco Central em Salvador é, a despeito do enorme esforço dos servidores remanescentes, a imagem da inoperância e do desserviço. Esvaziada em algumas funções vitais – como a fiscalização e a área de câmbio, transferidas para outras praças –, a regional baiana é hoje uma repartição protocolar, bem distante da dinâmica delegacia que operou a plenos pulmões até 1999.

Diversos segmentos da economia baiana, a maior do Nordeste e a sexta do País, reivindicam do novo governo a volta ao Estado dos serviços retirados em 1999. “Temos hoje mais de 300 protocolos de empresas que estão se instalando em solo baiano. Só de calçados são 49. É fundamental para esses novos empreendimentos um escritório atuante do BC. Proponho uma nova reestruturação, com o retorno de todos os serviços, para que o BC seja um suporte do crescimento econômico do Estado”, diz Arman-

do Avena Filho, secretário de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia.

Entidades representativas da economia baiana fazem coro com o secretário. Para o presidente da Federação do Comércio, Carlos Fernando Amaral, a reestruturação de 1999 veio na contramão de um novo ciclo de desenvolvimento econômico do Estado: “Eu acho que o crescimento do Estado da Bahia e da cidade de Salvador não aconselhavam jamais a retirada desses serviços. O desenvolvimento econômico do Es-

tado exige cada vez mais que órgãos atuantes e eficientes como o BC estejam presentes para colaborar no dia-a-dia das atividades empresariais. Acho que o retorno das atividades antes exercidas em Salvador pelo BC já virá tarde.” Segundo o presidente da Bolsa de Valores da Bahia, Sergipe e Alagoas, Walter Fernandez Filho, a reestruturação só trouxe transtornos: “Resolvíamos todos os problemas, a atuação do Banco Central era dinâmica, didática. Depois da transferência de serviços para outras praças, virou uma confusão. Há assuntos que





temos de tratar com Brasília, com Belo Horizonte, com Recife. Até hoje não consigo entender.”

UM VAZIO INEXPLICÁVEL

É mesmo difícil explicar. Até para quem convive diariamente com assuntos do Banco Central, a reestrutur-

tação de 1999 causa perplexidade. “Nós tínhamos funcionando aqui a maioria dos departamentos do Banco Central: fiscalização, organização do sistema financeiro, câmbio, capitais estrangeiros, jurídico, atendimento ao público, fiscalização de consórcios e outros. Com a reestruturação, muitas dessas funções foram deslocadas para as regionais de Recife (dívida pública, organização do sistema financeiro, câmbio e capitais estrangeiros) e de Belo Horizonte (fiscalização). O banco alega que nos últimos anos vinha tendo dificuldades orçamentárias e que, em função

delas, teve de fazer uma reestruturação nas regionais. Mas tecnicamente não há como explicar o esvaziamento da regional de Salvador, já que, em termos econômicos, a economia baiana é a maior do Nordeste”, lembra Francisco Mendes, presidente regional do SINAL na Bahia.

De acordo com Francisco, as mudanças provocadas pelo que ele chama de “desmonte” da regional – que cobre também o Estado de Sergipe – vêm causando desde 1999 grandes dificuldades para pessoas físicas ou jurídicas que demandam serviços do BC: “Uma das mais graves consequências foi o desamparo aos clientes do sistema bancário, já que o desmonte acabou por completo com a fiscalização nas instituições financeiras. Também as empresas que têm relacionamento com o exterior, captam investimento estrangeiro ou são exportadoras têm hoje necessidade de se deslocar até Recife para resolver problemas simples ou mesmo cumprir obrigações formais, assim como as cooperativas de crédito e os consórcios. Tudo isso representa um aumento nos custos operacionais de todos esses clientes.” Ele lembra ainda que o BC prometeu fazer revisões periódicas da reestruturação, mas que isso nunca saiu do papel: “Se foram feitas, jamais foram divulgadas. Até porque é impossível fazer uma revisão e não constatar o óbvio: que o desmonte foi um erro.”

Os quatro anos de ausência do BC no *front* do cotidiano baiano abri-

ram um fosso entre a atividade econômica do Estado e o poder público. Essa é a avaliação da economista Maria Emília Fagundes, analista do BC em Salvador e professora de Economia da Universidade Estadual de Feira de Santana: “Da década de 90 para cá, a indústria baiana vem passando por um processo de mudança qualitativa. Nesse processo, acho que seria importante um reforço na atividade pública do Estado na regulação e supervisão e no incentivo para que esse movimento possa ganhar corpo. Há dois aspectos na economia baiana que merecem destaque e que apontam para esse papel mais marcante do Estado. O primeiro é um vetor de crescimento agroindustrial forte. Temos algumas cadeias que estão se consolidando, como a de cítricos e a de produtos derivados da atividade pesqueira, além da soja. É um potencial enorme de geração de empregos e de exportação. O outro aspecto é a implantação do complexo automotivo da Ford. E é justamente nesse momento que o Banco Central reduz a sua presença aqui. É um fator que limita o estímulo à atividade econômica local.”

Para o presidente da Federação do Comércio, a evasão de serviços básicos do BC em Salvador foi, além de inoportuna, inexplicável. “Podem argumentar que o problema foi de economia, mas é preciso ver que nem toda economia aparente é real. A Federação do Comércio é uma caixa de ressonância, posto que é formada por todos os sindicatos de co-



Após o desmonte, o BC passou a ocupar apenas seis andares do prédio onde está instalado, em Salvador

mércio de bens e serviços da Bahia, e nós não vimos ninguém bater à nossa porta para elogiar a saída do Banco Central daqui. Na ocasião, chegamos até a engrossar movimentos na tentativa de impedir essa evasão. Aguardamos o retorno da delegacia, e espero que ela volte a prestar os serviços que sempre prestou, já que sua ausência não trouxe qualquer benefício à população. O que se estabeleceu aqui depois de 1999 foi um vazio”, ressaltou Carlos Fernando Amaral.

CONVITE A FRAUDES E ABUSOS

Restrita a funções burocráticas e sem poder de fiscalização, a regional do BC em Salvador não tem forças para ocupar o vazio deixado pela reestruturação de 1999 – e esse vazio pode estar sendo ocupado por aproveitadores. As reclamações de

abusos nas taxas cobradas pelos bancos, por exemplo, chegam aos montes aos balcões da Federação do Comércio do Estado da Bahia. “A cobrança de taxas dos usuários do sistema bancário há alguns anos não existia e hoje é um suporte econômico dos grandes bancos. Não raro, batem às nossas portas dizendo que está havendo abuso. Os valores não são uniformes, muito ao contrário, variam bastante de um banco para outro. Em casos como esses, o BC teria um importante papel a desempenhar. Ninguém está mais credenciado para ser um vigilante dos interesses da comunidade contra essas distorções, esses abusos, do que o BC. O grande empresário, que tem capacidade de negociação maior, pode enfrentar isso sem tutela. Mas, e o pequeno e o médio? Ficam impotentes diante de certas realidades”, argumenta o presidente da entidade.

Através de seus tênues canais de comunicação com o público, a própria regional do BC em Salvador sabe que aumentaram muito as denúncias de abusos e fraudes na Bahia. O gerente da Secretaria de Relações Institucionais do BC em Salvador, Godofredo Massarra, diz que o número de atendimentos ao público saltou de 2.000 por mês, em média, em 1998 (o último em que a regional operou completa), para 5.000 no fim de 2002. “A demanda aumentou muito porque passamos a atender a reclamações e denúncias de áreas que foram extintas, como a

de câmbio e a de fiscalização. A Bahia é uma praça com forte presença turística, e há muitas denúncias na área de câmbio que não temos como apurar a fundo. Além da falta de fiscalização, também não temos consultoria jurídica, e por isso tentamos manter um vínculo estreito com o Poder Judiciário para apoio. Não fazemos aqui o atendimento ideal, fazemos o que é possível”, diz Massarra.

A dedicação e o empenho dos funcionários do BC em Salvador, apesar de louvável, não é suficiente para cobrir lacunas deixadas pela fiscalização. Para Têlio Barroso de Sousa, gerente regional do Meio Circulante, uma delas é o crédito rural: “Eu fui auditor do Banco Central e posso dizer que uma das áreas mais prejudicadas com a mudança foi a do crédito rural. Tínhamos aqui uma equipe de sete pessoas para tratar disso, e conseguimos alguns resultados expressivos. Havia muitas irregularidades, muito desvio de dinheiro. Lembro que na última inspeção que fizemos na região de Irecê, antes da reestruturação de 1999, só de empresas fantasmas criadas para dar suporte à recepção do dinheiro pegamos 73. Muito dinheiro que seria desviado voltou aos cofres da União por conta de um serviço que não existe mais no BC da Bahia. Por tudo o que eu conheço dessa área, posso imaginar que deve estar sendo uma festa com o dinheiro público”, acredita Têlio.

O gerente do Meio Circulante defende rigor na fiscalização de con-



cessão do crédito rural, sob pena de se transformar um instrumento de justiça social em regalia para aproveitadores: “Quando nós estávamos na região, já era um problema, imagine agora sem a presença do BC. O crédito rural é umas das prioridades do novo governo, mas dar crédito rural apenas por dar, achando que o senhor fulano lá vai aplicar, sem fiscalizar, é brincar com o dinheiro do povo.”

Antonio Carlos Mendes Oliveira, gerente administrativo do BC em Salvador, afirma que o desmonte de 1999 reduziu a regional à condição de mera “ouvidora” de denúncias e reclamações. “Temos aqui hoje apenas a área de relações institucionais, que faz atendimento ao público, a área de ilícitos cambiais (Decif) e o meio circulante. Recebemos as denúncias e não temos um fiscal que possa ir ao banco comprová-las. Temos recebido muitas denúncias de transgressões a normativos do BC por

Em conversa com a
Por Sinal, os gerentes
do BC em Salvador discutiram o
esvaziamento da Regional

parte da rede bancária ou de consórcios, especialmente no que diz respeito a depósitos de pequenas quantias. As pessoas amargam uma fila enorme e ao chegar ao caixa o funcionário indica um caixa eletrônico de atendimento rápido, e não aceita o depósito. Na maior parte dos casos, a pessoa tem de fazer o depósito instantâneo porque um familiar dela está aguardando o dinheiro *online* em outra localidade para fazer a retirada”, explica Oliveira.

Os custos dos deslocamentos até Recife são um grave problema para muitos clientes, como as cooperativas. “Elas estão gastando o que não podem para ter sua situação regularizada junto ao Banco Central, pois têm de se deslocar necessariamente até Recife. Os municípios também estão sendo onerados com esses deslocamentos, e muitas prefeituras têm contratado assessorias para tratar das operações de adiantamento sobre receitas orçamentárias, mais conhecidas como operações de ARO”, completa o gerente administrativo.

DESCENTRALIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO

Ex-responsável pela área internacional da regional de Salvador, o gerente técnico do Decif, Raimundo Diniz, observa que as empresas baianas que lidam com comércio exterior ou com qualquer tipo de operação de câmbio sofreram aumentos em seus custos operacionais por conta da reestruturação de 1999. “Acredito que o retorno desse servi-

ENTREVISTA/ DEPUTADO WALTER PINHEIRO (PT-BA)

BC tem que se estruturar para enfrentar o crime organizado

O senhor tentou barrar a reestruturação de 1999 no Congresso. Conseguiu apoio ou foi um ato solitário?

Fiz um projeto de decreto legislativo para anular a reestruturação de 1999. Depois de uma negociação na Câmara, consegui recolher muitas assinaturas de parlamentares e reabrimos a discussão sobre essa questão na Comissão de Finanças e Tributação – o Arminio Fraga chegou a participar de alguns debates –, mas não conseguimos barrar a reestruturação.

Qual era a sua crítica na época? Ela ainda se sustenta?

A crítica que fiz e que continuo fazendo em relação à reestruturação de 1999 é que ela desestruturou, desmontou a ação do Banco Central em quase todo o País. O BC não pode ser tratado como uma instituição que cuida exclusivamente da política de juros ou que acompanha e interfere na política cambial. Acho um absurdo essa postura exclusivista. Ele é um instrumento decisivo na estrutura econômica. Assuntos como evasão, sonegação e lavagem de dinheiro têm de ser enfrentados pelo BC.

O senhor defende um papel mais atuante do BC no combate ao crime organizado?

O fato de você concentrar nas grandes cidades toda a operação do Banco significa facilitar a ação criminosa. O Banco termina fazendo um acompanhamento a distância, algo que cheguei a chamar de tele-fiscalização. É inadmissível que o BC possa fiscalizar a fronteira do Acre a partir de Belo Horizonte. É impossível do ponto de vista físico. E é na fronteira onde as condições são mais propícias à entrada e saída de dinheiro ilegal, ao processo de lavagem. O combate ao crime organizado não pode ser feito se não for fechada uma de suas torneiras de oxigênio, que é o dinheiro. O crime organizado vive com dinheiro fácil, e se você atua com um Banco Central no sentido de eliminar esse canal, impõe dificuldades à sobrevivência do crime organizado.

Mas o BC tem estrutura de pessoal para isso?

Tem, mas ela foi desmontada em 1999. A reestruturação tramou contra o servidor do BC. Alguns funcionários que trabalhavam em cidades como Salvador e

Belém foram remanejados para outras cidades, forçando-se a uma modificação brutal em suas vidas. Tenho defendido a definição de carreiras, a reestruturação do Plano de Cargos, a retomada da negociação de situações pendentes, como perdas do Plano Bresser e FGTS. Acho que pela qualificação profissional de técnicos e analistas, esses profissionais não têm recebido um salário compatível com a responsabilidade e a qualificação que adquirem ao longo dos anos. Tanto isso é verdade que temos experimentado uma grande evasão de quadros do BC, tanto para outros setores do serviço público como para a iniciativa privada.

Isso não pode ser confundido com defesa de privilégios?

Lamento que quando se levanta um debate sobre o Banco Central alguns tentem colocar essa instituição como um abrigo de privilegiados e jogá-la contra a sociedade, ou vice-versa. Temos de levar em conta que o BC cuida de questões que atingem diretamente o cidadão, e não é só o crime organizado, mas também a questão dos bancos que faliram, por exemplo. Como ficaram os correntistas? Ou das relações entre os clientes e as instituições financeiras. São questões que dizem respeito ao povo.

De que forma um BC esvaziado pode prejudicar a economia de um Estado em franca expansão como a Bahia?

O Banco Central é demandado para autorizar ou regular o funcionamento de atividades econômicas. À medida que você não tem esse serviço em seu Estado, os interessados pagam um preço caro duplamente. Primeiro, pelo deslocamento até outras praças onde possam regularizar sua situação; segundo, pela demora, pelo retardo na resposta e na liberação de processos. Isso prejudica muito a economia, aumenta o custo operacional e o tempo de espera. A Bahia, particularmente, perdeu bastante com essa reestruturação, que deve ser urgentemente revista. Mas outros estados perderam também.

O que o senhor sugere para reverter esse quadro?

A atividade econômica requer, por parte da estrutura pública, um grau de agilidade e de facilidade. A estrutura do BC deveria ser estimuladora da atividade econômica, e não inibidora como está sendo. Muitos acabam desistindo de negócios por conta dessas dificuldades. Temos um grande desafio pela frente, que é consolidar essa instituição com a capilaridade que ela precisa para cumprir suas funções. Não é uma mera disputa bairrista com essa ou aquela praça, é uma necessidade de desenvolvimento econômico. Eu quero uma presença firme e atuante do Banco Central em cada canto do nosso País.

ço a Salvador demandaria uma estrutura mínima, muito menor do que a que existia até 1999, até porque muitos serviços passaram a ser feitos via Internet. Seria o suficiente para atender aos anseios dos importadores e exportadores locais. Nos dois últimos anos, a Bahia vem passando por um processo de industrialização crescente, com mudança de seu perfil econômico. São pequenas, médias e grandes empresas se instalando no Estado. E essas empresas, sobretudo as pequenas e as médias, necessitam do suporte do Banco Central em suas operações. Elas acabam buscando informações até por um serviço telefônico tipo 0800. É essa empresa que precisa da área internacional do Banco Central, ou seja, o Banco tem de estar localizado onde o mercado necessita", diz Raimundo.

A centralização de serviços do BC em algumas regionais – como Recife e Belo Horizonte – recebeu desde a primeira hora críticas de representantes da Bahia no Congresso Nacional. Avesso por princípio à tese da centralização, o deputado federal José Carlos Aleluia (PFL-BA) foi um dos que se insurgiram contra o desmonte da regional de Salvador. "Na época da reestruturação, em 1999, eu me manifestei contrário à medida e trabalhei para que ela não se concretizasse, por entender que a centralização não se justificava. Já naquele momento eu alertei para o fato de que a reestruturação não traria qualquer benefício à atuação da regional de Salvador e que, por cer-



“Não são apenas as empresas que estão se instalando agora, mas sobretudo as que já operam aqui que se ressentem da ausência do BC. A Bahia representa hoje 35% de tudo o que se produz na região Nordeste.”

to, enfraqueceria a fiscalização. É o que se verifica hoje, infelizmente. Espero que a nova diretoria do Banco Central reveja essa medida no sentido da descentralização. Num país como o Brasil, não cabe mais pensar em centralizar as ações de um órgão tão importante para o funcionamento da economia como o Banco Central”, defende o parlamentar.

Na opinião do presidente da Bolsa de Valores da Bahia, Sergipe e Alagoas, a reestruturação tem de ser revista com urgência pelo BC pois, do jeito que está, a regional de Salvador em nada contribui para a economia baiana. “A Bahia tem o maior pólo petroquímico do Brasil, tem o complexo da Ford, um *agrobusiness*

forte, tem indústrias de transformação, metalurgia. Para se ter uma idéia, o balanço comercial da Caralba Metais, por exemplo, é de quase US\$ 600 milhões por ano, entre exportação e importação. A regional do BC em Salvador não tem nem mais o registro de capitais estrangeiros, isso não tem explicação. Depois que houve a reestruturação de 1999, eu nunca mais fui ao Banco Central. Vou fazer lá o quê? Não tem nem mais delegado regional. Só serve para abrir protocolo”, critica o dirigente.

O secretário Armando Avena Filho também usa argumentos econômicos para defender a volta dos serviços retirados do BC em Salvador: “Não são apenas as empresas que estão se instalando agora, mas sobretudo as que já operam aqui que se ressentem da ausência do BC. A Bahia representa hoje 35% de tudo o que se produz na região Nordeste, é o Estado que tem a maior produção industrial. É muito importante você ter no Estado um escritório do Banco Central que facilite as operações de câmbio, que tenha capacidade de instrumentalizar os contratos de exportações, de viabilizar os canais para negociações externas, além de ter poder de fiscalização.”

Para o presidente regional do Sinal em Salvador, o momento é propício não só para restaurar a integridade operacional da regional, mas também para ampliar seu raio de ação: “O governo está aí com propostas de estabelecer outra política de crédito, incentivar as cooperativas, o

associativismo, o microcrédito, e para isso é preciso conhecer a realidade do País. Nesse sentido, o papel do BC é fundamental em duas funções básicas. De um lado, gerências regionais para autorizações ao funcionamento de instituições financeiras, atuando de forma não só regulatória, mas também didática, na organização do sistema e no incentivo ao crescimento do mercado. De outro lado, com a presença de economistas nas regionais, que coletem dados e façam estudos das diversas realidades do País.” Francisco Mendes defende que o BC não apenas retome as funções que exercia em Salvador, mas também amplie sua área de atuação para grandes cidades do interior, como Ilhéus. “Há cidades no Brasil onde há fortes indícios de lavagem de dinheiro, por exemplo, e não há presença do BC, como Foz do Iguaçu, Santos, Paranaguá e Campinas. Temos de estar onde estão os problemas, e não nos afastar deles”, pondera. 

Para sair desse modelo

No segundo semestre do ano passado, em função de sua extrema fragilidade e também da campanha terrorista movida pela candidatura tucana, que afirmava que uma vitória de Lula transformaria o Brasil numa nova Argentina, a economia brasileira tangenciou a catástrofe.

Os dois primeiros meses do governo Lula desmentiram as Cassandras. O Brasil não foi à bancarrota. Pelo contrário, num ambiente internacional contaminado pela tensão decorrente da ameaça de um ataque americano ao Iraque, o Brasil melhorou seus indicadores macroeconômicos. O risco país foi substancialmente reduzido, a crise cambial que rondou o governo FHC foi afastada e a inflação deu sinais de que voltará ao controle.

Essa recuperação da confiança na economia nacional decorre, naturalmente, da esperança despertada pela vitória de Lula em vastos setores da opinião pública nacional e internacional, o que demonstra que nem sempre a esperança é algo intangível, em certas circunstâncias ela assume a forma de uma força material.

Mas essa recuperação tem também relação com políticas de arrocho fiscal e de alta de juros. A recuperação dos indicadores macroeconômicos deriva, portanto, da força da esperança, mas também de remédios amargos que o presidente Lula teve a coragem de prescrever, embora consciente de que uma receita, aceitável numa emergência, seja transformada em dogma. Nosso governo não transformará a necessidade em virtude, empenhar-se-á para superar um modelo que visivelmente fracassou.

Mas além dos remédios amargos, o governo já atua em outras frentes. O presidente Lula rompeu com a lógica meramente financeira do governo anterior, colocando na pauta a questão social através do Programa Fome Zero, e está redirecionando os financiamentos do BNDES, dando preferência ao crédito para as pequenas empresas, como forma de dinamizar a economia em busca da retomada do crescimento econômico.

No campo internacional, a política do governo Lula está ressuscitando o Mercosul, intervindo com energia na pauta da ALCA, contribuindo para a estabilidade institucional na Venezuela, lutando pela paz mundial e contra a guerra americana no Iraque.

Em matéria de relação com o Parlamento, o governo já indicou uma pauta. O presidente Lula já anunciou suas prioridades. Consciente de que temos um sistema previdenciário injusto e ineficaz que, além disso, reduz a capacidade de investimento do Estado, ele proporá uma reforma destinada a recuperar a capacidade de investimento do Estado e a universalizar a Previdência, tornando-a um sistema único.

Para alcançar esse objetivo, o governo não debaterá apenas com o Parlamento, mas também está dialogando com sociedade e não permitirá que os servidores sejam satanizados, como o foram durante a

década neoliberal.

No que diz respeito à reforma tributária, o governo do presidente Lula já iniciou o diálogo com os governadores na tentativa de recompor um acordo que já tinha sido alcançado e que não frutificou no governo FHC, porque o Planalto bloqueou essa reforma. Essa reforma tem vários objetivos, como eliminar o cipoal de 27 diferentes legislações estaduais sobre ICMS, desonerar a atividade produtiva, isentar a cesta básica, acabar com a guerra fiscal entre estados e municípios e colocar em prática o princípio da progressividade dos tributos. Caso alcance estes objetivos, o governo Lula pode vir a reduzir a carga tributária sobre os cidadãos, ampliando o universo dos contribuintes.

No campo das relações trabalhistas, é preciso lembrar que o PT nasceu denunciando a inspiração fascista da CLT e afirmando a defesa da liberdade sindical. Nunca, portanto, tomamos o conjunto da CLT como um dogma intocável. Se denunciarmos e combatemos as iniciativas do governo FHC neste setor, é porque elas visavam a restringir as liberdades e tornar precárias as relações de trabalho. O PT tem, portanto, autoridade para afirmar que pode rever a CLT, no interesse da geração de empregos e da redução da informalidade.

Ainda numa área que lida com o mundo do trabalho, o presidente Lula tem reafirmado sua disposição de rever a Lei das Falências, com o objetivo de dar mais segurança aos investimentos produtivos.

Por último, mas não menos importante, está na pauta do debate parlamentar a reforma política. No período FHC, assistimos a iniciativas pontuais e casuísticas, como a introdução comprada do instituto da reeleição, ou o estabelecimento, certamente por inspiração planaltina, de uma verticalização marota das alianças partidárias, às vésperas de uma eleição geral.

O governo Lula e sua bancada de apoio parlamentar querem um outro debate. Para nós e para todos os democratas, interessa ampliar os espaços da liberdade política, aprovando normas que contribuam para a solidez das instituições partidárias e para a lisura e transparência das disputas eleitorais.

Para tanto, se impõe a aprovação do financiamento público das campanhas, para coibir o abuso do poder econômico e para combater a corrupção. É preciso discutir uma fidelidade partidária capaz de fortalecer as instituições; a proibição de alianças em eleições proporcionais para o fortalecimento dos partidos, permitindo que eles apresentem seus programas à opinião pública; e a introdução do sistema eleitoral das listas partidárias, para dar racionalidade às disputas e para consolidar os partidos.

Temos, entretanto, uma pauta abrangente que visa a aprimorar o exercício da democracia; não perseguimos objetivos mesquinhos e casuísticos. Nosso objetivo é ampliar os espaços da liberdade e moralizar a nobre atividade política, devolvendo-lhe a dignidade que merece. Para tanto, impõe-se a aprovação de projeto de lei do deputado Orlando Desconsi (PT-SP), que já está pronto para a Ordem do Dia, que elimina a possibilidade do golpe, freqüentemente usado por malfetores infiltrados na política, que consiste em renunciar ao mandato para se subtrair à Justiça.

***Líder do PT na Câmara dos Deputados**

Oficinas do Sinal questionam rumos do governo Lula



O Sinal aproveitou a chance do maior evento mundial de troca de idéias em busca de um mundo alternativo para promover duas oficinas com temas diferentes mas um objetivo em comum: um Brasil novo que poderia ser impulsionado pelo Banco Central. Da discussão da lavagem de dinheiro ao papel do BC no desenvolvimento do País restou a certeza de que ainda há tudo para fazer – desde a escolha pela sociedade da forma de autonomia para a instituição até a definição de que o Banco não pode cuidar da política monetária de forma divorciada da política fiscal.

Não foi um bom sinal. O primeiro debate promovido pelo Sindicato dos Funcionários do Banco Central, no rastro do 3º Fórum Social Mundial, de 23 a 27 de janeiro, em Porto Alegre, pôs em xeque a política econômica do governo Lula e insistiu na tecla da reestruturação do BC como instrumento importante para combater as mazelas da globalização e servir ao desenvolvimento do país.

“Não há mudança no País sem mudança no BC”, afirmou o economista Paulo Nogueira Batista Jr., da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, um dos palestrantes do encontro. “O que se viu até agora, porém, é uma repetição dos erros do trio Fernando Henrique-Pedro Malan-Armínio Fraga nas políticas adotadas pela instituição.” Reinaldo Gonçalves, economista da Universidade Federal do Rio de Janeiro, acrescentou pitadas de ironia ao que considerava como primeiros equívocos do governo. “Vivemos momentos preocupantes, o que pelo menos nos impede de morrer de tédio”, disse o economista.

O Sinal adaptou o lema do Fórum Social Mundial, realizado de 23 a 27 de janeiro, em Porto Alegre, para pro-



Participantes do Fórum saem em passeata pelas ruas de Porto Alegre

por “Um novo Banco Central é possível” em duas oficinas que ocuparam os salões da PUC durante o maior evento anti-globalizante do mundo. O coro que embala uma sociedade alternativa foi engrossado em dois pontos fracos dos ditames econômicos receitados pelos países ricos. “Lavagem de dinheiro: combate à corrupção, controle das contas CC5 e dos fluxos financeiros em geral”, tema de um dos seminários, e o papel do “BC na proposta de retomada do desenvolvimento”, assunto do segundo.

“A situação é difícil, mas acho que ainda é cedo para desacreditar das boas intenções de Lula”, disse o procurador Luiz Francisco de Souza, do Ministério Público Federal de Brasília, um dos palestrantes da oficina sobre lavagem de dinheiro. “O governo precisa enfrentar a contradição interna de baixar os juros, como prometeu na campanha eleitoral, para proporcionar o crescimento econômico ou insistir em taxas elevadas para dar

prioridade ao combate à inflação em detrimento do emprego e do desenvolvimento. Não dá para ser as duas coisas numa só”, sinalizou Reinaldo Gonçalves.

Carlos Eduardo de Carvalho, professor da PUC de São Paulo que colaborou na elaboração do programa econômico petista nas duas eleições anteriores e rompeu com o partido por discordar das composições que levaram o candidato do partido finalmente ao Palácio do Planalto, bateu no tecla da necessidade de crédito no painel “BC na proposta de retomada do desenvolvimento”. “Está faltando no programa do governo uma política creditícia capaz de viabilizar o desenvolvimento auto-sustentável do país”, afirmou.

A intervenção de Paulo Nogueira Batista Jr., da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, não ajudou a reduzir a artilharia pesada disparada contra o governo petista. Ele defendeu o fortalecimento do Banco Cen-

tral como mecanismo de desenvolvimento, criticou a idéia de autonomia da instituição e também atacou as primeiras medidas adotadas pela nova direção do BC, principalmente a elevação das taxas de juros.

“O Banco Central vale seis ou sete ministérios, mas há uma forte impressão de que está em curso uma operação para tirá-lo do controle do presidente. Que o governo Lula faça concessões táticas, tudo bem, mas estratégicas, não”, disse Nogueira Batista também na oficina sobre o papel do “BC na proposta de retomada do desenvolvimento.”

Juan Pablo Páscoa, conselheiro do Sinal do Rio de Janeiro, propôs escapar da dívida pública alongando prazos para o pagamento ou repactuando os juros. Jorge Néelson Ribeiro, funcionário do Banco Central, enfatizou a necessidade de a instituição criar mecanismos de atendimento à sociedade. “É preciso criar um novo departamento, vinculado à fiscalização, em substituição às centrais de atendimento, para responder aos pedidos de informações e colher as denúncias e reclamações dos usuários do sistema financeiro nacional.

Marcel Ferreira, do Conselho Nacional do Sinal, defendeu a posição do Sindicato de autonomia do Banco Central assentada num tripé. O primeiro seria a ampliação do Conselho Monetário Nacional, com igualdade de representação do governo federal e de outros setores da sociedade, como a indústria, o comércio, a agricultura e entidades de classe. A

autonomia se estenderia à competência de o Banco Central produzir propostas monetárias e remetê-las à comissão mista do Congresso Nacional. O segundo, a exigência de o presidente do BC prestar contas de três em três meses ao Senado e à Câmara Federal. Por fim, a necessidade de dar transparência às ações do banco, com a criação do cargo de ouvidor-geral a ser ocupado por funcionário de carreira da instituição pelo voto dos seus servidores.

Um auditório lotado ouviu pela manhã a ansiedade do Ministério Público e dos fiscais da Receita Federal para que o Banco Central possa cada vez se incorporar mais à força-tarefa encarregada de combater a lavagem de dinheiro no país. Na Lavanderia Brasil, para cada real arrecadado, outro real é sonegado. Só por meio das contas CC5 foram remetidos para a Nova Iorque, nos Estados Unidos, US\$ 122 bilhões. Os latifundiários, que deveriam recolher R\$ 2 bilhões de Imposto Territorial Rural por ano, não contribuem com mais de R\$ 200 milhões.

Os números que desfilaram na oficina “Lavagem de dinheiro: combate à corrupção, controle das contas CC5 e dos fluxos financeiros em geral” não param por aí: só 2 mil fiscais controlam as fronteiras do país, um trabalho para pelo menos 20 mil deles, enquanto dos 12 mil auditores restaram apenas 7 mil na Receita Federal.

“Combater a fome é combater a corrupção, a sonegação e o contra-



O Sinal marcou presença com duas oficinas que discutiram o combate à lavagem de dinheiro (no alto) e o papel do BC no desenvolvimento do País (ao lado)

bando”, defendeu Clair Maria Hickmann, auditora fiscal da Receita Federal. “Para isso é preciso a criação de uma força-tarefa que reúna gente da Receita Federal, do Ministério Público e do Banco Central, além de mecanismos especiais de controle da origem do dinheiro remetido para os paraísos fiscais e de acordos internacionais para troca de informações.”

Abraão Patrui Jr., analista do Banco Central que desvendou “O Caso Jader”, envolvendo o ex-presidente do Senado Jader Barbalho no desvio de verbas da Sudam quando era governador do Pará, insistiu na tecla da união de forças das institui-

ções encarregadas de impedir a evasão de divisas e a corrupção. “É preciso uma lei federal que permita à Receita Federal, ao Banco Central e ao Ministério Público ter mais acesso às contas bancárias.”

“As obras públicas embutem mais corrupção e superfaturamento do que propriamente obras”, denunciou o procurador Luiz Francisco de Souza, antes de defender a integração de todas as instituições incumbidas de combater os crimes de colarinho branco, corrupção e remessa ilegal de dinheiro e riquezas para fora do país. “A lei da lavagem de dinheiro é nova, de 1998, mas já foi ultrapassada pela agilidade dos saqueadores. É preciso modernizá-la. Mas mais do que isso é necessária vontade política do governo para enfrentar todos esses crimes. Não sei como vai ser, as coisas parecem difíceis, mas ainda tenho esperança no governo Lula.” 

Pouca munição para o combate à lavagem de dinheiro

Há um tanto de verdade e outro bocado de exagero quando se afirma que a guerra contra a lavagem de dinheiro no Brasil é um problema que não afeta o Banco Central. Desde novembro de 1999, um pequeno esquadrão, entrincheirado no Departamento de Combate aos Ilícitos Cambiais e Financeiros (Decif), tenta identificar indícios de irregularidade num sistema complexo de nada menos de 11 mil operações diárias realizadas no mercado de câmbio e registradas nas bases de dados do BC.

Os resultados até agora valem mais pelas estatísticas do que pela visibilidade. Nos últimos três anos, como resultados de seus trabalhos, o Decif provocou a remessa de 363 comunicações ao Ministério Público Federal com vestígios de crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro. Para a Receita Federal, foi enviado um lote de 617 relatórios com evidências de ilegalidades contra a ordem tributária. O Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf), por sua vez, recebeu 168 casos com suspeita de lavagem de dinheiro. Só nos primeiros três meses deste ano já foram remetidos sete processos para o MPF, 11 para a Receita e 18 para o Coaf.

“Noventa por cento dos casos de lavagem de dinheiro levantados tiveram investigação originada no Decif”, diz Ricardo Liao, chefe do Departamento de Combate aos Ilícitos Cambiais e Financeiros. “Nenhum sai daqui com a dúvida da precariedade nos indícios.”

Criado no final da década de 90, depois que a Lei 9.613 definiu como ilícito a lavagem de dinheiro, o Decif uniu dentro do Banco Central atividades de alguns departamentos que cuidavam, cada um de um jeito, do levantamento, análise, apuração e encaminhamento dos crimes contra o sistema financeiro. No começo não havia nem sala para trabalhar. Hoje, com cerca de 200

funcionários, quase a metade do quadro funcional atua no desenvolvimento de métodos de controle e na otimização e transparência dos procedimentos, que passou a ser uma arma no combate à ilegalidade na remessa de dinheiro para fora do País, bem como no seu ingresso, nas manobras contábeis em importações e exportações e nas operações cambiais.

“Em 2000, começamos a desenvolver trabalhos em parceria com as instituições financeiras para identificar casos de lavagem de dinheiro. Já fizemos inspeções em cerca de 140 bancos, agora vamos partir para a área de câmbio”, afirma Liao. “Estamos aprimorando a qualidade da informação.”

Nada disso tem impedido críticas de outros setores sobre o pequeno envolvimento do BC na apuração dos casos de lavagem de dinheiro. No fim do ano passado, o Relatório de Estudos Jurídicos do Conselho de Justiça Federal concluiu, depois de um levantamento na Receita Federal, na Polícia Federal, no BC e no Coaf, que “nada tinha sido feito”. O ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), relator da matéria, propôs a criação de uma comissão que incluísse a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban). O primeiro relatório do grupo de trabalho apontou procedimentos viáveis para aprimorar as investigações e julgamento dos crimes contra o sistema financeiro. Um deles seria o Cadastro Geral de Correntista, que tem esbarrado no custo, estimado em R\$ 10 milhões.

“Muita denúncia já saiu do ponto A, mas ainda não chegou ao ponto B porque a lavagem de dinheiro costuma ser sempre uma operação complexa que permite aos autores uma infinidade de saídas”, avalia Liao. “Quando esses casos chegarem à Justiça, e vão chegar, será uma enxurrada.”

Para o presidente do Sinal, Sergio Belsito, a estrutura de combate a ilícitos no BC precisa ser urgentemente ampliada e descentralizada. Ele defende também uma maior coordenação e integração dos órgãos públicos que podem coibir a lavagem de dinheiro no País e o fortalecimento das estruturas de fiscalização das entidades envolvidas, inclusive o Coaf.

Museu de Valores de Recife resgata o Brasil Holandês

Instalado em um sítio histórico, em cujas ruínas foram encontradas peças do século XVIII, o Museu de Valores do BC no Recife está integrado ao ciclo de eventos que lembra o quarto centenário de nascimento, em 2004, de João Maurício de Nassau-Siegen, o Conde de Nassau, governador do Brasil Holandês de 1637 a 1644. Inaugurado em 13 de dezembro de 2002, o museu está preparando uma exposição de moedas do período da ocupação holandesa em Pernambuco.

A exposição tem como base uma vasta coleção numismática da Universidade Federal de Pernambuco, ainda em fase de catalogação por especialistas. Entre os exemplares já em exposição no Museu de Valores do BC, destacam-se duas moedas emitidas pelas autoridades holandesas durante o período de funcionamento da Companhia das Índias Ocidentais e que representam a primeira emissão de dinheiro no Brasil. São exemplares do florim, moeda cunhada em ouro em 1645 e 1646, e do soldo, cunhado em prata em 1654. As moedas representam a agonia do



Exemplares do florim, a primeira moeda cunhada no Brasil

Brasil Holandês – a ocupação se deu entre 1630 e 1654 -, já que foram cunhadas em caráter de urgência

para pagar soldados e fornecedores diante do cerco dos portugueses no litoral de Pernambuco. Trata-se da primeira emissão de dinheiro no País.

As duas moedas expostas são de 3 florins, em ouro, de 1645, e de 12 soldos, em prata, de 1654. Ambas trazem o nome do Brasil, além da inscrição G.W.C., iniciais em holandês da Companhia das Índias Ocidentais. Eram chamadas de “moedas de cerco” e foram cunhadas de maneira rudimentar já que, além da urgência em tê-las prontas, os holandeses não dispunham de ferramentas adequadas para o trabalho. As duas pe-



A sede do BC em Recife (no detalhe) foi construída em local que abrigou importante conjunto arquitetônico do século XIX

ças ocupam um espaço especial no Museu de Valores, ao lado de outra preciosidade: um mapa original da Cidade Maurícia, rico em detalhes sobre o território de Recife à época do governo do Conde de Nassau.

O conjunto em exposição no Museu de Valores resgata uma época de efervescência econômica e cultural: a ocupação holandesa, de 1630 a 1654. Recife experimentou notáveis progressos em sua vida de colônia, notadamente com as operações comerciais da Companhia das Índias Ocidentais, considerada a primeira empresa transnacional a operar no hemisfério. Além disso, especialmente durante o governo de Maurício de Nassau, de 1637 a 1644, a capital de Pernambuco abrigou uma próspera comunidade judaica, que deixou por herança a sinagoga Zur-Israel, a primeira do Novo Mundo. Com o fim do domínio ho-

landês, parte dessa comunidade deixou o Brasil e migrou para a chamada Nova Amsterdã, situada na Ilha de Manhattan. Por isso esses primeiros imigrantes judeus são considerados fundadores de Nova York.

ESPAÇO ABERTO PARA A CULTURA

De acordo com Vilma Lucia Sabino, gerente regional de Relações Institucionais do Banco Central no Recife, o Museu de Valores é formado por duas salas – a Sala Emissões, que abriga cédulas e moedas emitidas no Brasil desde a criação do BC, em 1964, e a Sala Moedas do Mundo, onde estão as peças cedidas em regime de comodato pela Universidade Federal de Pernambuco. “Fizemos com a universidade um contrato de dez anos, assinado em 12 de dezembro de 2001, para pesquisa e catalogação do acervo de numismá-

tica, com cerca de 7.000 peças, e a criação de um banco de dados. Desse acervo, já conseguimos catalogar 200 peças que estão expostas em nosso museu, como as primeiras moedas cunhadas no Brasil pelos holandeses”, explicou Vilma, que é formada em História.

Além das duas moedas originais da ocupação holandesa, a coleção exposta na Sala Moedas do Mundo guarda outras preciosidades. Lá estão o AS GRAVE romano e algumas moedas chinesas em forma de faca e enxada da Dinastia Tchou, provavelmente cunhadas a partir de 770 a.C. Há ainda peças portuguesas da época do Descobrimento, um florim de 1684 chamado “Pezza della Rosa”, cunhado em Livorno, Itália, e uma moeda coreana em forma de bote. Exibidas de acordo com a época de fabricação e o país de origem, as moedas são também ambienta-



O museu está instalado no andar térreo da sede do BC em Recife

das por mapas históricos, como o da Cidade Maurícia, todos adquiridos da coleção do artista plástico e colecionador Giuseppe Baccaro.

Ciente de sua importância no cenário cultural pernambucano, o Museu de Valores reserva ainda um espaço para exposições temporárias. No momento, esse espaço está sendo ocupado por achados de escavações feitas pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco nas construções do Forte Orange. “O museu está inserido em toda essa revisão do que foi a ocupação holandesa no Brasil, um período de inegável valor histórico e cultural. Estamos programando visitas de escolas públicas e particulares para que os nossos estudantes conheçam melhor essa página da história do Brasil. Um museu não serve apenas para guardar raridades, ele tem que ser um instrumento pedagógico”, diz Vilma Lucia Sabino.

UM LUGAR QUE TEM HISTÓRIA

O Museu de Valores está instalado no andar térreo da sede do BC em Recife. O imponente edifício ocupa uma área nobre da cidade, a Rua Aurora, no bairro de Santo Amaro. Antes havia ali um conjunto de quatro casas, uma delas, a de número 1.281, cogitada para preservação pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Era um exemplar magnífico de casa térrea do século XIX, com sótão habitável e cantarias originais em pedra lioz.

Não existia no Recife nenhum edifício residencial tombado com as características daquele imóvel.

As fortes chuvas que castigaram o Recife em 5 de agosto de 1975 selaram o destino desse esplêndido conjunto arquitetônico. A torrente fez desabar as paredes e as coberturas das casas 1.281 e 1.265, esta de igual valor cultural e também passível de preservação pelo IPHAN. Todo o conjunto ficou comprometido e a área foi comprada naquele mesmo ano pelo BC para a construção de sua sede na capital pernambucana. Já em 1997, durante a remoção dos entulhos e escavação do terreno para a construção das fundações do edifício-sede, foram encontrados vários exemplares de garrafas em cerâmica e em vidro, algumas identificadas como de procedência inglesa e manufaturadas, possivelmente, no século XVIII. 

Previdência Social: privilégio ou direito?

Desde que o projeto neoliberal iniciou sua implantação no País, o Estado brasileiro, as empresas nacionais e, particularmente, os trabalhadores e servidores públicos foram impiedosamente atacados. Estes últimos perderam dezenas de direitos e foram execrados perante a opinião pública, como se fossem os responsáveis por todos os males da sociedade brasileira. Até hoje sofrem os desgastes da campanha difamatória orquestrada por uma elite conservadora, sócia do sistema financeiro internacional.

A crise é grave. Nos últimos anos, o Brasil teve seus patrimônios público e privado dilapidados. A dependência externa foi acentuada. A dívida pública multiplicou-se. O desemprego atingiu um recorde histórico. E, em 2002, a inflação voltou a crescer devido à especulação dos oligopólios financeiros contra a nossa moeda.

Um fato, entretanto, alentou a sociedade brasileira. Em 27 de outubro, as forças oposicionistas vitoriosas, tendo à frente o ex-líder sindical Lula da Silva, se comprometeram com um novo modelo de desenvolvimento. Consciente das dificuldades e sabendo que não se podem fazer milagres, o povo reacendeu sua esperança e apóia um novo rumo para o País.

As primeiras medidas econômicas do governo Lula, entretanto, preocupam. Insiste-se no velho caminho da elevação da taxa de juros e aumento do superávit primário, cortando-se verbas destinadas à saúde, à educação e às obras de infra-estrutura. E, o pior, mantêm-se na pauta do Congresso as reformas neoliberais não concluídas no governo anterior. A chamada Reforma da Previdência, por exemplo, é a continuidade da contra-reforma iniciada por FHC através da Emenda Constitucional nº 20. Desgastado, o governo FHC não foi capaz de mobilizar sua base de apoio para entregar um mercado de alguns bilhões de reais para as grandes seguradoras ligadas aos bancos nacionais e estrangeiros através da aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 9 (PL-9). Hoje, fala-se em aprovar sumariamente o PL-9 e editar normas adicionais, retirando direitos dos aposentados.

Os servidores públicos já deram suficiente cota de sacrifícios e não podem aceitar mais esse golpe. Se hoje são servidores é porque se

submeteram a um concurso público. Ao tomarem posse sabiam das regras do jogo, principalmente quando chegasse a época de sua aposentadoria na velhice. Esse foi o contrato assinado. O presidente Lula falou que respeitaria os contratos. Se os servidores se aposentam com vencimentos integrais é porque contribuem com 11% sobre o total da sua remuneração, diferentemente dos trabalhadores da iniciativa privada, que contribuem no máximo com R\$ 171,77 mensais.

Os servidores, hoje, têm um teto salarial. No Poder Executivo, no qual se concentra a grande maioria dos servidores, ninguém ganha mais do que um ministro de Estado, está na Constituição Federal. Quando se aposentarem, a partir dos 60 anos de idade (55, se mulher), desde que tenham 35 anos de contribuição (30, se mulher), continuarão com vencimentos limitados a esse teto. As distorções havidas no passado (aposentadorias precoces, acumulação de aposentadorias por um único servidor, valores extremamente elevados, etc.) não mais acontecerem. Os atuais servidores não foram os responsáveis pelo que ocorreu. Quando se assiste à televisão, entretanto, vêem-se repórteres que ganham vinte, trinta ou mais vezes o maior salário do serviço público falar em privilégio. E isso acontece em empresas que só funcionam devido à permissão do poder público federal. São pagos regamente para desinformar a população e tentar manter, isso sim, os privilégios das elites econômicas conservadoras, em especial dos banqueiros e especuladores que os financiam. Isso é uma vergonha!

A contra-reforma da Previdência já foi quase concluída. E o mais grave é que, ao contrário do que se repete na TV, a aprovação do PL-9 e outras medidas anunciadas vão gerar, no curto prazo, um déficit de mais de R\$ 2 bilhões por ano, somente no orçamento federal, fruto da redução da contribuição do servidor, limitada a partir de então a R\$ 171,77, e do gasto adicional do Tesouro para a constituição dos fundos de pensão a serem criados. O mínimo que o novo governo pode fazer é arquivar esse projeto e iniciar uma discussão transparente e sem preconceitos em relação aos servidores.

Ao contrário do que se prega, o serviço público precisa ser fortalecido para que a população seja mais bem atendida, para que os crimes contra o sistema financeiro e as finanças públicas sejam esclarecidos e punidos, para que a evasão de divisas para o exterior seja combatida e haja mais recursos para que o governo Lula possa realizar sua obra social.

(*) Presidente do Conselho Regional do Sinal em Fortaleza

A urgente reforma dos fundos de pensão

A reforma da Previdência é uma exigência da sociedade brasileira. Há divergências ainda a serem vencidas, por isso mesmo o governo convidou a todos para um amplo debate, mas ninguém tem dúvida de que a estrutura previdenciária do País precisa mudar, para ganhar estabilidade e assim viabilizar-se no longo prazo. Tampouco se deixa de perceber uma outra urgência, a do crescimento do sistema de fundos de pensão, sem o qual os brasileiros continuarão perigosamente dependentes de uma Previdência Social que tende a pagar aposentadorias em valores cada vez mais modestos, e o Brasil, por sua vez, sem a tão necessária poupança interna e dependente demais dos instáveis fluxos de capitais globais.

As dificuldades na Previdência Social precisam ser enfrentadas, ao mesmo tempo em que mostram o quanto é indispensável para o País contar com uma Previdência Complementar mais ampla do que dispõe atualmente. Cresceu, em janeiro, o déficit do regime geral (INSS), que atingiu R\$ 1,739 bilhão, 69% a mais do que o registrado em janeiro do ano passado. O declínio dos salários reais e o nível de desemprego prejudicaram as contas. É que a arrecadação no mês atingiu apenas R\$ 5,461 bilhões, cifra inferior à de dezembro de 2002, de R\$ 10,073 bilhões – o que é normal, em vista do recolhimento sobre o 13.º salário –, mas também caiu 10,29%, em termos reais, em relação ao valor líquido arrecadado em novembro, de R\$ 5,831 bilhões. As despesas do INSS no mês passado atingiram R\$ 7,201 bilhões, superando as receitas em 31,86%, percentual muito superior ao registrado em janeiro de 2002, de 20,01%.

Os números iniciais do ano apontam, portanto, na direção do agravamento do déficit do INSS, projetado em R\$ 23,8 bilhões, em 2003, com crescimento de 40% em relação aos R\$ 17 bilhões, de 2002, e de 86% em comparação com os R\$ 12,8 bilhões, verificados em 2001. O ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, tem portanto razão ao mostrar à sociedade que esse quadro não pode perdurar.

Igual razão tem o ministro ao afirmar sua crença no indispensável crescimento da Previdência Complementar, vista em seu duplo papel

de garantir melhor padrão de aposentadoria a um maior número de trabalhadores e assegurar a imprescindível ampliação da poupança interna. Os 2,5 milhões de brasileiros atualmente participantes de planos complementares ainda estão longe do potencial de cobertura do sistema de fundos de pensão. Da mesma forma, os 15% do PIB poupados internamente são muito pouco e de forma alguma atendem às necessidades de financiamento de uma economia que precisa voltar a crescer e gerar empregos e riquezas.

Nada será fácil, mas a postura do governo em favor da reforma da Previdência e do fomento da Previdência Complementar é um passo muito importante. As autoridades podem fazer bastante em favor da criação de ambientes institucionais favoráveis à expansão do número de fundos de pensão, ajudando a fazer crer a trabalhadores e empresários que esse é um sistema estável no longo prazo, defendido de sobressaltos em que os contratos existem para serem cumpridos.

E essas são exatamente as palavras tranquilizadoras que o ministro e seu secretário da Previdência Complementar, Adacir Reis, têm freqüentemente usado. A nova legislação, que vai entrando em vigor, já começava a desenhar cenários favoráveis, ao modernizar as leis, autorizar sindicatos e associações a instituir planos complementares, permitir a existência de fundos previdenciários para servidores e oferecer novas opções aos participantes, mas todos os novos dispositivos legais, sabe-se bem, pouco poderiam fazer sem uma regulamentação adequada das leis e um governo consciente do que é preciso fazer. E o ministro e seu secretário já deram suficientes provas dessa consciência.

Todos trabalham hoje com o mesmo objetivo. A idéia é buscar a simplificação, flexibilização e enxugamento da legislação e normas, para que dessa forma se chegue a menos burocracia e custos, e o sistema de fundos de pensão possa se mostrar mais atrativo aos olhos de trabalhadores, empresários e sindicatos. O resultado será inexoravelmente o ingresso em um novo ciclo de mais rápido crescimento.



Em resumo, o novo governo não está preocupado em criar mais regras, difíceis e custosas de cumprir, mas sim fiscalizar adequadamente para que as já existentes sejam respeitadas. Se houver espaço e necessidade, vai-se até mesmo reduzir o número de regras, que atualmente são tantas, em nome do objetivo geral de simplificar e descomplicar, cobrando responsabilidade dos dirigentes dos fundos.

Os fundos de pensão estão delineando suas propostas de aprimoramento da legislação e normas, participando ativamente de um grupo de trabalho criado pela Secretaria de Previdência Complementar com esse fim. São sugestões apresentadas ainda em linhas gerais e que já começam a ser detalhadas. No terreno da contabilidade, é preciso rediscutir a Deliberação CVM 371 (trata da contabilização, pelas empresas, dos benefícios oferecidos aos seus empregados), especialmente em razão dos impactos que traz para os balanços das patrocinadoras; a SPC já se mostrou sensível à necessária reabertura da discussão em torno da Resolução 2.829; é necessário deixar ainda mais claro que fundos de pensão não têm receita.

No campo dos investimentos, o Sistema de Controle de Portfólio,

que está sendo desenvolvido, vai oferecer a melhor informação, *on-line*, pelo menor custo, sem duplicação dos dados. Assim, a SPC poderá solicitar os dados que quiser e ser atendida imediatamente, em vez de seus técnicos ficarem tendo de preencher relatórios preocupados em separar as inconsistências.

Os técnicos no campo da seguridade propõem que devam ser criados comitês técnicos para apoiar o Conselho de Gestão da Previdência Complementar; instituidores devem ser autorizados a se utilizar também dos serviços de entidades patrocinadas por empresas estatais; deve ser cancelada a exigência de que, para poder instituir um plano, o sindicato ou associação tenha no mínimo 1.000 associados e que pelo menos 500 ingressem no fundo; e permitir que fundos instituídos recebam contribuições patronais.

Na área da atuação, a tábua AT 49 preocupa porque não reflete a realidade brasileira e pode vir a gerar déficits. A proposta que se faz é de se criar grupo de trabalho para, no prazo de dois anos, desenvolver uma tábua nacional.

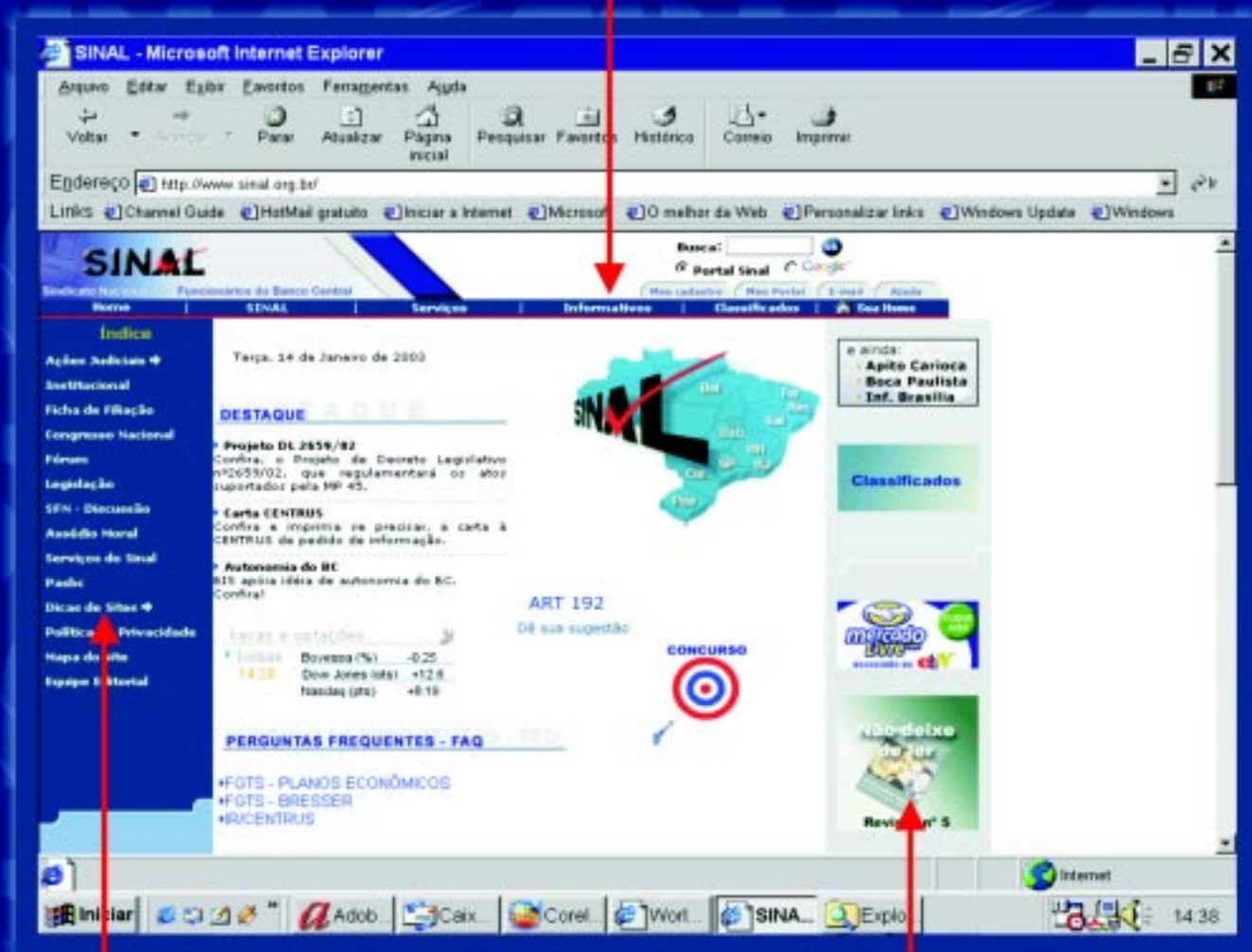
No campo jurídico, o que se está vendo como uma das prioridades é a recriação da Câmara de Recursos do CGPC; revisão dos estatutos do CGPC para que os vários segmentos fiquem mais bem representados; adoção de critérios genéricos para aprovação de novos planos pela SPC em menor tempo, para agilização do trâmite de processos.

São idéias que estão sendo plantadas em um terreno fértil como nunca, porque nunca antes se teve tanta consciência de que a Previdência Complementar é fundamental ao projeto de um Brasil mais justo e próspero.

(*) Presidente da Associação Brasileira das Entidades
Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP)

ACESSE NOSSO ENDEREÇO ELETRÔNICO

Súmula de Jornais



Dicas de Sites

Revista Por SINAL

www.sinal.org.br

SINAL
SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL

CONHEÇA NOSSA REVISTA!!!

Leia no endereço eletrônico
www.sinal.org.br



SINAL

